SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

CGTB CTB CUT BRASIL FORÇA SINDICAL NCST NOVA CENTRAL UGT

MANIFESTO DAS CENTRAIS EM DEFESA DA SAÚDE DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Frente à pressão pela progressiva desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas, o Fórum Nacional das Centrais Sindicais em Saúde do Trabalhador vem a público manifestar sua preocupação com o aprofundamento da precarização das relações de trabalho, em especial com a desconstrução das normas de proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras e com a fragilidade das políticas de prevenção e promoção de saúde por parte do Estado.

Na contramão dos princípios e direitos fundamentais da OIT, que em 2008 resgatou a necessidade de restabelecer um pacto civilizatório nas relações de trabalho - reiterado por meio da Declaração para Justiça Social e Globalização Equitativa e das diretrizes do Trabalho Decente - as decisões dos fóruns tripartites de Saúde e Segurança no Trabalho vêm sendo sistematicamente desrespeitadas, contrariando a premissa do diálogo social, num claro confronto com a legitimidade das entidades representativas dos trabalhadores.

Vale lembrar que o respeito à dignidade da pessoa humana, que em tese perpassa os direitos sociais e do trabalho, tem na proteção à saúde um dos seus elementos centrais. Para além de uma dimensão estritamente jurídica, técnica ou normativa, o que está em jogo no tocante à desregulamentação do trabalho neste âmbito é uma questão ética, do valor da vida e do bem-estar humano.

A manobra patronal de suspender por meio do Congresso Nacional o cumprimento da Norma Regulamentadora 12, sobre a segurança em máquinas e equipamentos, da NR 15, limites de tolerância para exposição ao calor, limites de tolerância para as poeiras minerais, insalubridade por exposição à vibração de corpo inteiro, o restabelecimento da discussão do uso controlado do amianto e outros retrocessos nos direitos no campo da relação saúde-trabalho, indicam uma profunda banalização de situações de riscos que mutilam, matam e adoecem milhares de trabalhadores em plena idade produtiva, como se fossem uma consequência "natural" do desenvolvimento tecnológico e dos processos produtivos.

Longe de serem frutos do acaso, os acidentes e doenças do trabalho são resultado de escolhas tecnológicas e organizacionais que expropriam a dimensão humana do trabalho, estabelecendo padrões de produção e de produtividade que desconsideram os limites físicos e psíquicos dos trabalhadores. Trata-se de um problema gravíssimo de saúde pública, com enormes impactos sociais e econômicos, além do imensurável sofrimento imputado aos trabalhadores e suas famílias.

É inaceitável que as instituições do Estado, em particular das áreas do Trabalho, Saúde e Previdência Social, em tese responsáveis por assegurar o desenvolvimento de políticas de prevenção e de promoção de saúde no trabalho, se omitam diante deste quadro, bem como que a sociedade continue absorvendo os custos econômicos e sociais de um problema que é absolutamente evitável.

Também é inaceitável que a responsabilidade pelos acidentes de trabalho continue sendo imputada aos trabalhadores, como atos de negligência ou "atos inseguros", visão reducionista que encobre a responsabilidade empresarial pelas condições de trabalho, bem como perpetua medidas inócuas voltadas para o "esclarecimento" e "conscientização" dos trabalhadores, que não alteram em nada a realidade do trabalho, tampouco a gestão tecnicista, meramente burocrática, das situações de risco por parte das empresas.

Considerando a recente fusão dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social, é fundamental resgatar o compromisso assumido na Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho, na Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do SUS e nas Conferências do SUS de Saúde do Trabalhador de desenvolver uma ação intersetorial, fortemente articulada no âmbito do governo, que reforce a regulação do Estado nesta área, tendo como perspectiva a soberania do direito à vida e à saúde.

É inadmissível que em nome do desenvolvimento econômico, da geração de emprego e de renda continuem sendo naturalizadas práticas predatórias de exploração do trabalho, que ceifam milhares de vida nos vários segmentos produtivos.

Conclamamos as instituições no campo do trabalho, os movimentos sociais, o movimento sindical e sociedade brasileira para um amplo movimento em defesa dos direitos dos trabalhadores, da saúde e da vida, por condições de trabalho que favoreçam a estruturação da saúde e a realização humana.

Outubro de 2015

Fórum Nacional das Centrais Sindicais em Saúde do Trabalhador – FNCSST

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FS – Força Sindical
NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores
UGT – União Geral dos Trabalhadores

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/10/2015 - Sinttel-ES

Telemont/Oi perde mais uma para os trabalhadores

A Justiça do Trabalho, através da 6ª Vara do Trabalho de Vitória, acatou o pedido do SINTTEL-ES e determinou que a Telemont/Oi mantenha a escala de trabalho no formato da chamada "semana espanhola". Nessa escala, o trabalhador tem o direito de compensar em um sábado, o sábado seguinte, e ter, pelo menos, dois sábados de folga no mês.

O SINTTEL-ES já havia obtido uma decisão liminar obrigando a Telemont/Oi a manter esta escala, que foi alterada sem discussão com o sindicato e aprovação do trabalhadores. Por causa dessa liminar, a empresa passou a contratar trabalhadores e firmar contratos individuais com jornada diferente da estabelecida no Acordo Coletivo. Agora a Justiça do Trabalho julgou o mérito da ação e entendeu que o Sindicato tem razão na sua reclamação. O Juiz determinou que a Telemont/Oi cumpra o que está previsto no Acordo Coletivo.

Na sentença, a Justiça fez valer a condição mais benéfica para os trabalhadores, ou seja, a Telemont/Oi tem que se curvar diante daquilo que foi conquistado no Acordo Coletivo:

"No caso em julgamento, é incontroverso nos autos (na ação) que a norma coletiva da categoria estabelece a semana espanhola, como sistema de compensação de jornada de trabalho. O sistema de compensação, portanto, foi estabelecido de forma negociada e deve prevalecer, no meu entendimento, em detrimento de acordos individuais estipulados posteriormente", escreveu o Juiz na sentença.

A razão desse entendimento, explicou o juiz, "reside no fato de que os trabalhadores, em razão da hipossuficiência econômica e da atual crise econômica que assola o país, temerem a perda do emprego, caso não aderissem aos acordos individualmente propostos pela Telemont/Oi. Dessa forma, disse, entendo que o acordo de compensação individualmente celebrado somente poderiam alterar o acordo coletivo de trabalho, caso o trabalhador fosse assistido pelo Sindicato antes de firmá-lo. já que a própria Súmula 85 do TST autoriza e valida o estabelecimento de acordos de compensação de jornada individuais e coletivos".

E arremata: "Dessa forma, como a alteração do acordo coletivo deu-se por acordo individual, sem chancela sindical, associado ao fato de que o sistema de jornada espanhola é mais benéfico ao trabalhador, entendo, com fundamento no artigo 7º, XIII da CF/88 e na Súmula 85, I do c. TST (que expressamente autorizam a compensação de jornada tanto por acordo individual, quanto por convenção ou acordo coletivos de trabalho), que a alteração promovida pela empresa é inválida".

O SINTTEL-ES tem conhecimento de que recentemente foram contratados vários trabalhadores pela Telemont/Oi, com jornada especificada em contrato individual de trabalho, diferentemente do que prevê o Acordo Coletivo. Vamos acionar nosso Departamento Jurídico para que as providencias sejam tomadas, a parir desta decisão, que garante que todos os trabalhadores devam ter as vantagens previstas no Acordo e não por contrato individual de trabalho.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/10/2015 - Telesíntese

Claro, Oi, TIM e Vivo formam joint-venture para aumentar cobertura indoor

Claro, Oi, TIM e Vivo submeteram à análise prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) um Termo de Compromisso com o qual as operadoras possam contratar de maneira conjunta uma ou mais empresas para a construção, instalação e cessão não exclusiva para cobertura indoor em 150 localidades no País. A ideia é poder contratar uma fornecedora para ampliar a cobertura em espaços fechados como shopping centers, estádios de futebol e centros comerciais. A infraestrutura será compartilhada pelas quatro teles – cada uma será responsável pela operação e prestação dos serviços.

Fonte próxima ao assunto revelou que a ideia seria instalar small cells para proporcionar a cobertura indoor compartilhada. O Termo explica que a infraestrutura utilizará solução in-building como suporte para os serviços, mas, em último caso, estrutura indoor pode ser utilizada para reforçar o sinal de celular irradiado para o local fechado.

Segundo documentos aos quais este noticiário teve acesso, a Vivo ficou responsável pela divulgação de uma RFP aos interessados para a construção e instalação da infraestrutura indoor. Nessa requisição estarão critérios técnicos e comerciais, além de pré-requisitos acordados entre as operadoras. A companhia contratada pela joint-venture das quatro grandes teles poderá inclusive celebrar contratos de cessão de uso da infraestrutura para outras operadoras. A cessão e o compartilhamento da infraestrutura passiva serão feitos de forma independente, diretamente com o fornecedor contratado, por cada uma das quatro operadoras.

A operação tem "como principal objetivo reduzir custos de investimento, operação e manutenção das redes das requerentes, refletindo uma maior competitividade, bem como oferecer a prestação dos serviços aos seus clientes da forma mais eficiente possível". Da ótica das fornecedoras, segundo o projeto, poder-se-ia atender várias prestadoras terceiras (como Algar Telecom, Nextel e Sercomtel, por exemplo, além de provedores de Wi-Fi) e conseguir maior rentabilidade dos investimentos.

Entre as empresas que podem se interessar no projeto, estão as próprias tower companies – operadoras de torres que compram esses ativos e alugam de volta (leaseback) para as teles. Mas a ideia é que companhias de infraestrutura também possam apresentar propostas.

O projeto foi submetido somente ao Cade no último dia 8 de outubro, e o Termo de Compromisso já foi publicado pela superintendência-geral da entidade no Diário Oficial da União no último dia 20, informando o "ato de concentração" com a solicitação. A RFP, o valor total da operação e os estabelecimentos elegíveis não foram revelados, já que foram assuntos tratados em documentos de acesso restrito no Conselho. Segundo as empresas, a operação não está sujeita a aprovação de outros órgãos.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/10/2015 - Instituto Telecom

Projetos aprovados no REPNBL já somam R$ 15 bilhões

Até o final deste mês, o Ministério das Comunicações aprovou R$ 15,1 bilhões em investimentos para as redes de banda larga por meio do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL). Os 1.167 projetos de infraestrutura apresentados por empresas de telecomunicações vão beneficiar 3.699 cidades em todos os estados do Brasil.

Com o REPNBL, o Minicom concedeu benefícios tributários a companhias que submeteram projetos de construção e modernização de redes de Internet. Até o término do prazo de inscrições, que ocorreu em junho, foram encaminhadas 1.229 propostas, que totalizaram R$ 17,3 bilhões em investimentos. As análises dos projetos restantes devem ser concluídas em dezembro de 2015.

Segundo levantamento do Minicom, no recorte por região o Sudeste e o Nordeste concentram mais de 70% dos investimentos aprovados, somando R$ 11 bilhões em projetos. São Paulo (R$ 4,6 bi), Minas Gerais (R$ 1,8 bi), Rio de Janeiro (R$ 965 mi), Bahia (R$ 833 mi) e Paraná (R$ 808 mi) são os estados que atraíram mais aportes.

Pelo menos 80% dos desembolsos das empresas são direcionados às redes de acesso, que servem como espinha dorsal do serviço das operadoras. Em seguida, 12% dos investimentos são destinados às redes de transporte, que permitem à banda larga chegar diretamente aos usuários.

Iniciado em 2013, o REPNBL permitiu a desoneração de impostos (IPI, PIS/Pasep e Cofins) na implementação de projetos de infraestrutura de banda larga. O objetivo da renúncia fiscal foi a massificação do acesso à banda larga, a expansão e modernização das redes e a redução das diferenças regionais. As obras de infraestrutura aprovadas pelo Minicom, e habilitadas pela Receita Federal, devem ser concluídas até 31 de dezembro de 2016.

29/10/2015 - Vermelho

Em menos de três anos, Petrobras triplica produção do pré-sal

A produção de poços de petróleo do pré-sal triplicou em menos de três anos. A informação é da diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Solange Guedes. Segundo ela, o aumento da produção veio acompanhado pela eficiência operacional da companhia tendo atingido 92,4%, na média dos últimos três anos.

"A Petrobras atingiu uma combinação única de custos, produtividade e eficiência. Como consequência, um portfólio muito competitivo", disse ela, ressaltando que o tempo de construção dos poços do pré-sal, desde 2010, tiveram uma redução de mais de 50%. Com isso, afirmou, a experiência adquirida ao longo da exploração e do desenvolvimento offshore (no mar) foi determinante para que a empresa tenha atingido a marca de 1,1 milhão de barris de óleo equivalente por dia no pré-sal, obtida em setembro.

Ela afirmou ainda que essa marca foi atingida graças ao histórico de exploração marítima da Petrobras garantido desde a década dos anos de 1970.

O campo de Libra, na região do pré-sal na Bacia de Santos, por exemplo, teve quatro poços perfurados até agora e o primeiro teste de longa duração ocorrerá em 2017. "A primeira fase do desenvolvimento da produção se concentrará na área nordeste de Libra. O primeiro teste de longa duração está previsto para o primeiro trimestre de 2017 e o projeto-piloto para 2020", disse a gerente executiva da Petrobras para a área de Libra, Anelise Lara.

Anelise ressaltou a importância das sociedades de profissionais na disseminação de conhecimento para as novas gerações de técnicos da indústria de óleo e gás e elogiou a atuação integrada da equipe multidisciplinar de projetos de Libra, que inclui colaboradores das cinco empresas participantes do consórcio que atua na área, formado pelas empresas Shell, Total, CNPC, CNOOC e Petrobras.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/10/2015 - RBA

Dilma garante continuidade do Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida

"A gente aperta o cinto e também garante aqueles programas que são fundamentais para a vida da população do nosso país", disse a presidenta

A presidenta Dilma Rousseff afirmou hoje (29), em Brasília, que os programas Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família devem continuar. Em sua declaração, criticou boatos de que o governo poderia reduzir verbas nesses setores. "Muita conversa que não é séria aparece. Estou dizendo, o Bolsa Família não vai ser interrompido. O Minha Casa, Minha Vida não vai ser interrompido", disse afirmou a presidenta durante entrega simultânea de unidades habitacionais a 2.691 famílias no Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Mesmo com os ajustes promovidos pela sua gestão, Dilma ressaltou que os programas citados são muito importantes e não podem sofrer com os impactos de eventuais cortes de gastos. "Estamos fazendo um esforço para melhorar as nossas finanças e voltar a crescer mais rápido. Mas o Minha Casa, Minha Vida não para. Ele é importante para as famílias brasileiras", assegurou.

O Planalto vem promovendo cortes de gastos através de uma reforma administrativa. Recentemente, o governo extinguiu oito ministérios, realizou cortes em cargos comissionados e reduziu os salários da presidenta e do vice (Michel Temer) em 10%. "A gente aperta o cinto e também garante aqueles programas que são fundamentais para a vida da população do nosso país", disse Dilma ligando os ajustes com a manutenção do Bolsa Família e do Minha Casa, Minha Vida.

A presidenta também confirmou a ampliação do programa de moradias para a terceira fase, tema que vem sendo reivindicado pelos movimentos sociais. O Minha Casa Minha Vida já alcançou o número de 4,1 milhões de moradias, de acordo com dados do Planalto.

Dilma defendeu a iniciativa ser oriunda do poder público. "Não haveria condições de caber no bolso das famílias o pagamento da sua própria casa", disse, referindo-se à iniciativa privada. "Achamos que o correto é destinar tributos para aqueles que mais precisam", afirmou.

No perfil da presidência em uma rede social, Dilma ressaltou a importância do Minha Casa Minha Vida em outros setores, além das famílias beneficiadas em si. "O programa ainda tem outro mérito, ele assegura empregos na construção civil. E também, por isso, ele é muito importante. Vejam duas coisas, garante casa própria e gera empregos".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/10/2015 - Rede Brasil Atual

Diretoria de lobby da Globo e Operação Zelotes: tudo a ver

Investigadores da Operação Zelotes deveriam dar uma batida na vice-presidência de Relações Institucionais da Globo, pois existem também coincidências interessantes por lá

RBS é uma das empresas investigadas. Documentos apontam pagamento de propina de R$ 11,7 milhões

A busca e apreensão na empresa de Luís Cláudio da Silva, o Lulinha, filho do ex-presidente Lula, tentando associar a prorrogação de uma medida provisória de 2009 com um negócio da empresa – de 2014 –, dada a fundamentação frágil que a justifica, parece pretexto para se fazer uma devassa na empresa, na expectativa de se encontrar qualquer coisa que renda manchetes aos portais e jornais.

Lembra outro episódio mais ou menos recente, quando a promotora Márcia Milhomens Corrêa, do Ministério Público do Distrito Federal, pediu uma devassa sobre telefonemas de um certo local dando apenas as suas coordenadas geográficas. A alegação era investigar uma informação que, logo depois, mostrou ser mais um factoide lançado pela imprensa: o suposto uso de telefone celular pelo ex-ministro José Dirceu, quando estava preso em regime fechado. O problema é que a promotora "esqueceu" de mencionar que as coordenadas geográficas eram do Palácio do Planalto. Ou seja, na prática, a ação possibilitaria bisbilhotar todo e qualquer telefonema na sede da Presidência da República.

Se for para fazer busca e apreensão com bases tão frágeis, os investigadores da Operação Zelotes teriam de dar uma batida na vice-presidência de Relações Institucionais da Globo, pois existem também coincidências interessantes por lá.

"Vice-presidente de Relações Institucionais" é o nome comumente dado no mundo das grandes empresas ao executivo encarregado de fazer lobby junto a autoridades governamentais, parlamentares e, pelo visto recentemente, até nos tribunais e Ministério Público. Quem ocupa o cargo no grupo Globo, desde 2011, é Paulo Tonet Camargo. Uma busca na agenda pública de autoridades do Ministério das Comunicações mostra que Tonet é assíduo frequentador dos gabinetes do ministério. Seu papel é defender interesses das Organizações Globo junto ao governo.

Mas o que chama atenção é o currículo anterior de Tonet. Largou a carreira no Ministério Público do Rio Grande do Sul e, após passar pelo Ministério da Justiça como diretor do Departamento Penitenciário Nacional, de 1995 a 1997, no governo FHC, foi trabalhar na RBS (afiliada da TV Globo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina), onde foi diretor-geral em Brasília e vice-presidente jurídico e institucional, de 1998 a 2011, quando foi promovido para a matriz da Globo.

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2015/10/diretoria-de-lobby-da-globo-e-operacao-zelotes-tudo-a--ver-1964.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/10/2015 - Rede Brasil Atual

Enquanto fecha escolas, Alckmin institui perdão fiscal a empresas

Ajuste fiscal no estado de São Paulo, que tem fechamento de 94 escolas públicas, tem renúncia fiscal do ICMS elevada de 9,9% para 11,3%

Enquanto fecha 94 escolas da rede pública estadual, com a estimativa de que 311 mil alunos tenham de mudar de unidade em 2016, o governo Geraldo Alckmin (PSDB) concede desonerações fiscais de R$ 15 bilhões em ICMS das empresas neste ano, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O montante representa 11,3% da arrecadação total do tributo. Em 2014, o incentivo era de 9,9% do ICMS.

Além de aumentar o percentual de renúncia, o governo paulista incorpora a figura do "perdão de tributos" à sua agenda estratégica de benefícios às empresas. Essa é a principal novidade incluída no convênio 117/2015 do ICMS, publicado no último dia 9, no qual o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) autoriza o estado a instituir programa de parcelamento de débitos fiscais.

Os benefícios têm ainda como alvo as grandes organizações, pois são vedados às pequenas empresas, segundo informa o texto do convênio: "A remissão e anistia previstas nesta cláusula não abrangem os débitos fiscais relativos ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional".

"A escolha por ampliar a isenção do ICMS para as maiores empresas indica que o estado está usando o orçamento público, que no momento atual é absolutamente pressionado, para compensar a queda de faturamento de algumas empresas, porque há uma crise, a empresa está vendendo menos, então, se dá uma compensação por meio da isenção de um tributo importante, que é o ICMS", afirma o professor de economia da Unicamp Guilherme Mello.

Segundo Mello, se esse mesmo dinheiro, em vez de isenções tributárias, fosse para a área social, ou para uma obra de infraestrutura, que cria emprego e renda, haveria como efeito uma maior dinâmica econômica. "É um gasto ruim", diz o economista referindo-se à renúncia fiscal, "porque não vai proporcionar a dinâmica econômica necessária, não vai aumentar a produtividade, não vai aumentar o investimento na economia, nem o nível de emprego. Então, é um gasto de baixa qualidade", afirma. "É uma opção que o governador Geraldo Alckmin fez de aumentar os seus gastos para garantir a rentabilidade das empresas e diminuir os gastos sociais que têm maior efeito multiplicador."

Mello destaca que "em geral, o efeito disso é muito pequeno, é provisório, porque a real retomada da empresa depende da retomada da economia como um todo, então, você tem um gasto tributário que não se reverte em aumento de emprego, aumento do investimento, aumento da renda", afirma.

Guerra fiscal enfraquece estados

Devido à guerra fiscal no país, o ICMS é alvo histórico de renúncias, e o efeito disso, segundo os analistas tributários, é o enfraquecimento dos estados. Em Goiás, por exemplo, a renúncia do ICMS chegou a 51,1% da receita do tributo em 2012, deixando o governo daquele estado praticamente sem margem para fazer a gestão do tributo.

A guerra fiscal é alimentada pelas diferentes alíquotas que cada estado mantém, com legislação própria. São 27 legislações de ICMS no país. Criada este ano na Câmara Federal, a Comissão Especial de Reforma Tributária tem discutido a unificação da alíquota de ICMS para pôr fim à guerra fiscal. A comissão até agora não divulgou qual seria a alíquota, mas prevê que a unificação será votada em novembro na comissão, e até o fim do ano no plenário. A comissão também acredita que a unificação deverá acarretar perdas para alguns estados e, nesse caso, planeja criar um fundo de compensação.

A proposta que surgirá da Câmara deverá também propor a substituição de tributos como a Cofins, o PIS, a Cide-Combustível e o salário-educação pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). "Com o IVA, o que se pretende é acabar com a cumulatividade de tributos ao longo da cadeia produtiva, uma vez que os produtos são tributados mesmo quando um é utilizado na fabricação de outro", afirma o deputado André Moura (PSC-SE), relator da comissão.